



**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  
**SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS**  
**23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL**  
**DE AUTORIDADES NOS PORTOS (CONAPORTOS)**  
**2021**

**Data:** 23 de junho de 2021

**Horário:** 15:00h

**Local:** Vídeo conferência pelo *Teams* – sala virtual

**Membros presentes:**

**Ministério da Infraestrutura**

Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaportos

Diogo Piloni – Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e Coordenador-Suplente da Conaportos

Otto Burlier – Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD)

Fernanda Machado – Coordenadora Geral de Gestão de Portos e Coordenadora Suplente do (CTMD)

Dino Antunes – Diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem (CTEC)

Karênia Teixeira – Coordenadora Geral do Departamento de Navegação e Hidrovias e Coordenadora Suplente do Comitê Técnico de Estímulo à Cabotagem (CTEC)

Evandro Klauss - Coordenador Suplente do Comitê Técnico de Integração de Sistemas (CTIS)

**Casa Civil da Presidência da República - CC**

Rafael Vitale Rodrigues – Suplente

**Ministério da Justiça - DPF**

Márcio Ricardo Meira - Suplente

**Ministério da Defesa – Marinha do Brasil**

Alexandre Cursino de Oliveira – Titular

José Luiz – Suplente

**Ministério da Economia – RFB/ SECEX**

Jackson Aluir Corbari – Titular

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – VIGIAGRO**

José Marcelo Nogueira Maziero – Suplente

**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

Nélio Cezar de Aquino - Titular

**Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ**

Eduardo Nery Machado – Titular

Marcos Mendonça da Silva – Suplente

**Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**

Rodrigo Morais Português - Suplente

**Convidados:**

**Ministério da Infraestrutura**

Edigar Martins

Vinícius Gouveia Scartezini

Leandro Soares Vargas

Ana Carolina Bomfim

Rita de Cássia Munck

Cristiano Gontijo

Nathalia Cristina da Silva Ferreira

Allyson Saldanha

Marcelo Luiz de Carvalho

Marco Aurélio Monteiro de Barros Thomé

Fernanda de Carvalho Leite

Gabriel Smidt Portela

**Ministério da Defesa – Marinha do Brasil**

Paulo Marcelo Loer

**Ministério da Economia**  
Patrícia de Lima Favaretto

**Agência Nacional de Transportes Aquaviário - ANTAQ**  
Fernando Serra

**Fundação Dom Cabral**  
Newton Pereira  
Euler Sánchez  
José Irley Ferreira

**Setor Privado:**

**Federação Nacional das Agencias de Navegação Marítima –FENAMAR**  
Francisco Carlos de Moraes Silva  
Paulo Braga

**Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP**  
Cristina Dutra  
Danillo Neves  
Ataíde Mendes da Silva

**Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios - ABAC**  
Luís Resano

**Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo – ABEAM**  
Lilian Schaefer

**Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP**  
Claudia Borges

**Associação Brasileira de Terminais de Líquidos – ABTL**  
Carlos Kopittke

**Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – SYNDARMA**  
Lilian Schaefer

**Centro Nacional de Navegação Transatlântica – CENTRONAVE**  
Cláudio Loureiro

**Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA**  
Elisângela Lopes

**Confederação Nacional da Indústria – CNI**  
Matheus Braga de Castro  
Ronnie Sá Pimentel

**Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA**

Angelino Caputo

Mauricio Toledo

**Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem – ABAC**

Luís Fernando Resano

**Confederação Nacional do Transporte – CNT**

Bruno Lustosa

**Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos - ABREMAR**

Marco Ferraz

**Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB**

Mônica Romero

Jovelino Pires

Marianne Von Lachmann

**Representantes dos Portos:**

**Companhia Docas do Pará – CDP**

Eduardo Bezerra

**Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ**

Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira

**Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

Elis Oberg

**Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA**

Carlos Autran

Paulo Cezar

**Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA**

Reroldi Vinícius Pereira Monteiro

**Santos Port Authority – SPA**

Roberto Paveck

Lucas Pontes Simões

Claudio Bastos

**Portos do Paraná - APPA**

Carlos Eidam de Assis

**Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG**

Fernando Estima

Henrique Horn Ilha

**Superintendência de Itajaí**

Medelin Pitrez dos Santos

Ricardo Amorim

**Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE**

Paulo Coimbra

## **1. ABERTURA**

O Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e Coordenador-Suplente da Conaportos, Sr. Diogo Piloni, iniciou saudando os membros e convidados presentes, informando-os sobre a importância da participação das entidades públicas e privadas. Agradeceu o apoio e dedicação de todos os atores envolvidos na construção de um setor portuário mais eficiente, informou também que a reunião teria duas etapas: a primeira seria aberta com a participação de todos e a segunda somente com as equipes de governo e gestões de estatais. Passou a palavra para o Sr. Otto Burlier – Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD).

## **2. APRESENTAÇÕES**

### **2.1 Ações no combate à pandemia do COVID-19.**

O Sr. Otto Burlier iniciou informando-os que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários permanece fazendo o acompanhamento do setor portuário em relação aos impactos da Covid-19, principalmente nos Portos Organizados. Esse levantamento tem ocorrido semanalmente junto às Autoridades Portuárias, OGMOS e empresas arrendatárias, além dos terminais de uso privado, por meio da ATP que os representa. Ressaltou que, dos 69.525 trabalhadores portuários, cerca de 10,91% já foram diagnosticados com Covid-19. Essa taxa está um pouco acima da média do Brasil que é de 8,52%. Em relação aos óbitos informados, o setor portuário atinge a marca de 64 trabalhadores, representando 0,88% do total.

O Sr. Diogo Piloni destacou a importância do apoio das autoridades portuárias e das associações em relação ao esforço que vem sendo feito em combate à pandemia da Covid-19 e espera que a curva de mortes tenha uma inflexão num curto prazo. O Sr. Otto continuou a apresentação informando que recentemente conseguiram, com o apoio do Ministério da Saúde-MS, doses das vacinas contra a Covid-19, priorizadas para os trabalhadores portuários. Apresentou um quadro de como foi feita a distribuição dessas vacinas, destacando que foram 111 mil doses de vacinas para todo o país. Dos 111 mil trabalhadores, 79 mil já foram vacinados. O papel do MInfra é atuar de forma mais estratégica, tentando apoiar e solicitar apoio junto ao Ministério da Saúde - MS naqueles casos onde ainda exista necessidade de ajuste. Informou ainda que, recentemente, formalizaram uma solicitação de mais doses de vacinas, além das doses iniciais para todos os trabalhadores dos órgãos anuentes que atuam nos portos

e também trabalhadores que formalmente não são qualificados como portuários como por exemplo os aquaviários. Destacou ainda que a responsabilidade é compartilhada entre Governo Federal, Estados e Municípios.

A Sr.<sup>a</sup> Lilian Schaefer, representante da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo – ABEAM, se manifestou informando que reconhece o empenho do MInfra e acrescentou que estão com a campanha da vacinação dos portuários avançada. Afirma que os aquaviários e afins não veem sentido em haver a vacinação maciça dos portuários e que eles têm tido contato com os profissionais que não foram vacinados. As campanhas municipais estão a todo vapor, empreendendo esforços junto à prefeitura do Rio de Janeiro e tiveram a negativa diante da possibilidade de adoção imediata do plano de vacinação, uma vez que, os aquaviários e afins não estão dentro do PNI. Todavia, reconhece o empenho do MInfra, Secretaria Executiva, SECEX e a ANVISA, apoiando a iniciativa da vacinação prioritária dos aquaviários e afins, pois reconhece que todos transitam no mesmo ambiente. Por fim, apresentou ao MInfra e aos órgãos competentes que o ideal seria que todas as tripulações fossem vacinadas no momento do desembarque.

O Sr. Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaportos pediu desculpas a todos por não ter conseguido participar da abertura da reunião e destacou a importância de fóruns como a Conaportos, ressaltando que estão se esforçando para desburocratização do setor e que é um trabalho realizado de forma conjunta com os órgãos e entidades presentes para darem conta da agenda de combate à pandemia, uma vez que essa agenda de vacinação é prioridade no momento, onde estão trabalhando sistematicamente. Reiterou que fizeram o pedido de 66 mil doses de vacinas para o MS, deixando o pedido um pouco mais amplo para a vacinação dos servidores dos órgãos que fazem parte do setor portuário e marítimo.

Com relação à vacinação, acredita-se que nos próximos dias tenham resposta do pleito feito ao MS, de forma que o governo Federal, em parceria com os estados e municípios, consigam vacinar os portuários e aeroviários.

Dando continuidade aos temas da pauta, o Sr. Otto Burlier passou a palavra aos representantes do setor privado, previamente inscritos para as apresentações.

## **2.2 Participação do Setor Privado**

Sr. Luís Fernando Resano, da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem – ABAC, iniciou informando que a iniciativa da MP 1051, na qual unifica e digitaliza documentos hoje exigidos para o transporte de cargas é extremamente positiva. Entretanto, os representantes

dos transportes marítimos e aquaviários se preocupam, pois se desenvolverá para atender um determinado modal e acaba que o modal menos utilizado fica adaptado ao primeiro modelo. O pleito da ABAC é poder participar do comitê que tem acompanhado o tema, ainda que não estejam tratando especificamente de modal aquaviário. Contudo, eles poderão trabalhar juntos para irem observando como o DT-e irá adentrar no modal aquaviário, uma vez que, o tema seja bem relevante. O CT-e já atende. Entretanto, por vezes, causa atraso nas operações, visto que o navio só pode sair após a emissão do CT-e e, às vezes, não tem todos os documentos para emissão desse documento. Portanto, é importante que essas particularidades sejam modeladas para saberem como será o impacto no transporte marítimo e aquaviário e também para pensarem no transporte multimodal para que haja fluidez na categoria logística.

O Sr. Marcelo Sampaio fez uma breve ponderação informando que partiu da Sr.<sup>a</sup> Mariana Pescatori, diretora do programa na Secretaria Executiva, a iniciativa de se fazer um documento multimodal, por entenderem que há dificuldade nas operações multimodais, não só pelo custo do transbordo, mas pelo custo da burocracia que envolve os documentos quando se muda de modo de transportes. Existem 91 documentos federais necessários para uma operação de transporte que passa por diversos órgãos. Esses documentos serão incluídos em uma única plataforma garantindo segurança e ganho na fiscalização, diminuindo o tempo de parada dos veículos. Reforçou que não irão criar novos documentos e nem burocracia, pelo contrário, irão criar um sistema para que tenha um único documento e um único cadastro. O trabalho será um esforço conjunto e a ABAC está convidada a participar do grupo de trabalho.

Dando continuidade aos temas previstos, o Sr. Otto reforçou que estão vivenciando um momento único, não só na administração pública, mas nas parcerias entre administração pública e com atores do setor privado. Existem vários projetos em andamento no âmbito do Ministério de Infraestrutura – MInfra, principalmente o PCS e Janela Única Aquaviária. Informa que a pasta está atuandoativamente com vários atores privados no sentido de mapear processos, identificar pontos de melhoria para evitar retrabalho e mais burocracia. Dentro desta agenda está o mapeamento e avaliação dos processos já existentes, para posteriormente serem aprimorados. Estão trabalhando em conjunto dentro do MInfra, para fazer a articulação dos sistemas de forma que os modais sejam cada vez mais integrados.

### **2.3 Atualização do andamento do *Port Community System - PCS*.**

O Sr. Otto informou que o *Port Community System-PCS* é um projeto muito importante e que faz parte da agenda estratégica do MInfra e tem parcerias com a Receita Federal e Secretaria de Comércio Exterior – SECEX com impactos positivos para todo setor portuário.

Ressaltou que houve uma reunião com a Embaixada Britânica, na qual receberam a informação do corte no orçamento. O projeto será implementado em quatro portos: Santos, Rio de Janeiro, Suape e Itajaí, sendo apoiado pelo governo Britânico, Contudo, em função da pandemia, o Reino Unido teve que fazer uma revisão no orçamento desse projeto, comunicando que houve um corte de 85% do orçamento. A *Palladium* está avaliando se será possível obter recursos de outras fontes. O objetivo é que, com base na decisão do Reino Unido, seja possível fazer um replanejamento de todo o projeto e verificar até o onde o Reino Unido poderá contribuir.

Independentemente da decisão do governo Britânico, houve procura de várias Associações da iniciativa privada e governos de outros países interessados em apoiar a continuidade. A pretensão é apresentar, até a próxima reunião da Conaportos, os próximos passos desse projeto. Outro ponto importante é que tudo que foi construído não será perdido, uma vez que esta SNPTA solicitou formalmente, para a embaixada Britânica, todo o trabalho que foi construído ao longo de 1 ano e meio.

O Sr. Diogo Piloni ressaltou que estavam com uma grande expectativa no andamento do trabalho. E que eventualmente irão discutir um novo modelo de governança com a participação dos mesmos atores que já estavam trabalhando no processo de implantação dos PCS, mas terão que repensar como irão mitigar o impacto da informação da redução de custos. Em nome da transparência, irão mantê-los informados de quais serão os próximos passos.

Continuando com a manifestação dos privados, o Sr. Otto passa a palavra para a Sr.<sup>a</sup> Mônica Romero, representante da Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB.

Sra. Mônica relatou que o Siscomex Cargas tem gerado multas e outras penalidades que, por vez, tem parado as operações, visto que esse tipo de situação para o importador e exportador gera custo e perda de credibilidade no exterior, uma vez que atrasa toda a mercadoria. Logo, sugere que seja revisto a questão das multas e punições para os operadores, pois a infraestrutura é importante para o porto. Enfatiza ainda que, a preocupação em levar cargas tradicionais deve ir além, pois é importante um trabalho conjunto do MInfra com a SECEX, para estimular novas cargas para o comércio exterior.

O Sr. Diogo Piloni ressaltou que o acesso ao porto irá acontecer à medida em que as ações que estão em curso forem efetivadas, visando gerar novas oportunidades de negócios e promover o crescimento econômico.

A Sr.<sup>a</sup> Claudia Borges, representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP, agradeceu à Receita Federal pelo pronto atendimento em resposta ao pleito feito pela coalizão empresarial portuária, onde solicitaram àquele órgão a revogação da obrigatoriedade de contratação do Serpro para os serviços de conexão de redes anexadas pelos terminais

alfandegados. A obrigatoriedade instituía gastos elevados aos terminais estabelecidos pela Advotec I e, através da Advotec II, a RFB revogou a obrigatoriedade, liberando a utilização de qualquer link de banda larga existente, além de redes de WI-FI utilizadas pelos fiscais.

O Sr. Jackson Aluir, representante da Receita Federal-RFB, informou que o tema estava sendo tratado há algum tempo dentro da portaria de alfandegamento, na qual teria uma série de modificações. Deste modo, anteciparam a deliberação. A ideia é que tenham acesso a redes de Wi-fi nos recintos, retirando da portaria a obrigatoriedade dos equipamentos, sendo esses oriundos da Receita Federal.

Sr. Otto Burlier concluiu a primeira parte aberta da reunião que contou com a contribuição das entidades privadas e agradeceu a presença de todos, reforçando que o setor privado será sempre bem-vindo às reuniões da Conaportos.

## **2.4 Apresentação do CTMD - Atualização do projeto de mapeamento dos indicadores portuários.**

Dando início às apresentações, o Sr. Otto informou sobre um projeto importante que está desenvolvido pelo Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD), o qual a Confederação Nacional dos Transportes – CNT contratou a Fundação Dom Cabral para realização da proposição de indicadores de desempenho para podermos ao final, construir um painel de indicadores para divulgar à sociedade. Logo, passou a palavra para o Professor Newton Pereira.

O Professor Newton, representante da Fundação Dom Cabral - FDC, iniciou informando que o projeto envolve a validação dos indicadores de operação, gestão e anuência dos portos, considerando as questões principais. A primeira é a identificação das fontes e formas de suas obtenções e demais componentes fundamentais para a manutenção desses indicadores. Começando pela interlocução junto aos atores do setor aquaviário (público e privado) para validação do modelo proposto e implantação efetiva de painel (dashboard) com os itens validados.

Destacou que irão atuar diretamente no porto, considerando os órgãos anuentes, Autoridades Portuárias, Agências Reguladoras, Associações de Praticagem, Empresas de Rebocadores, Terminais Portuários, Empresas de Navegação, Órgãos Intervenientes e, principalmente, os Clientes Usuários Diretos e Indiretos do Porto (Exportadores, Importadores, Transportadoras etc.). O Sr. Newton apresentou um quadro onde consta os contatos dos nomes

de algumas instituições e autoridades portuárias, as quais já fizeram contato ou seguem em agendamento.

Apresentou também o cronograma, onde consta as atividades realizadas e as que ainda serão realizadas. Informa também que o primeiro relatório já foi entregue e estão trabalhando no segundo relatório para entrega em breve.

O Sr. Otto Burlier informou que a ideia será fazer um piloto em cinco portos, sendo eles Santos, Suape, Itaqui, Paranaguá e Pecém. A escolha se deu em função dos diferentes perfis e regiões geográficas, para que possam ter uma visão completa e, posteriormente, avançar para todos os portos brasileiros. Reforçou quanto ao engajamento de todas as instituições e destacou que o grande desafio do setor portuário não é falta de indicadores, e sim o excesso deles. Por isso, haverá o cuidado em tentar focar quais indicadores são mais importantes com o intuito de terem uma visão proativa do andamento do setor portuário.

O Sr. Eduardo Neri, representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, destacou que a ANTAQ está empenhada para auxiliar no que for preciso. Ressaltou ainda que o projeto é de suma importância para o setor portuário e que o desenvolvimento dos indicadores é extremamente necessário.

O Sr. Otto agradeceu a participação da Fundação Dom Cabral - FDC e seguiu com a pauta. Como próximo tema, o Sr. Otto relata que gostaria de resgatar o que já foi pauta da reunião da Conaportos do mês de dezembro, que é a questão de falta de efetivo dos órgãos anuentes nos Portos. Ele informa que, em alguns momentos, recebem algumas demandas, preocupações e questionamentos de autoridades portuárias e associações do setor em relação ao funcionamento de órgãos anuentes em alguns portos brasileiros e entende que, até mesmo em função de servidores que estão se aposentando, os órgãos não conseguem prestar atendimento adequado ao longo dos finais de semana por falta de servidores. Ressaltou que deverão trabalhar em conjunto para enfrentar as dificuldades e destacou, como exemplo, que receberam uma demanda do porto de Suape em dezembro e os servidores do Vigiagro/Mapa não só reconheceram as dificuldades como, em pouco mais de um mês, conseguiram resolver o problema, mas acaba sendo frequente. Infelizmente são poucos servidores distribuídos pelo país e com as aposentadorias, a tendência é que o problema continue.

Informou ainda que, em breve, terá uma reunião com o Ministério da Economia e Vigiagro/Mapa e caso algum outro órgão que eventualmente tenha alguma demanda que ainda não foi atendida pelo Ministério da Economia tenha interesse em participar em conjunto, poderá participar.

Destacou sobre a possibilidade de fechamento de alguns postos locais dos órgãos públicos por conta de aposentadoria de servidores. Por isso, reforça a importância do projeto de construção de indicadores, pois, a partir dos indicadores construirão um painel para avaliarem se existem problemas em algum órgão específico ou autoridades portuárias, para então tomarem decisões e buscarem soluções.

O Sr. Jackson Aluir informou que houve uma reunião do Comitê Nacional de Facilitação. A ANVISA, o Mapa e os órgãos estão com poucos servidores e terão que partir para o trabalho conjunto. A nova portaria de alfandegamento, que será publicada no segundo semestre, prevê a obrigatoriedade de todos os recintos em fornecerem um sistema de conferência remota de mercadorias. Atualmente, esse sistema de conferência é feito em algumas unidades da Receita Federal - RFB pelo depositário, ou seja, um funcionário é guiado por meio do suporte de conferência para fazer abertura dos contêineres e verifica a mercadoria. Isso evita o deslocamento dos fiscais da Recita Federal.

Também acrescentou sobre a possibilidade dessas conferências serem feitas remotamente. Isso foi oferecido à ANVISA e ao Mapa. Uma das convergências que terão será a conferência única. A ideia que os órgãos trabalhem em uma regulamentação que, uma vez feita a conferência por um órgão, não será necessário ser feita por outro desde que haja um conjunto mínimo de regras a serem seguidas na atribuição dada por cada um dos três órgãos envolvidos. Quem estará responsável por conferir, será o funcionário do recinto, isto é, uma maneira de minimizar o impacto, uma vez que, a curto prazo, não terão outra possibilidade, pois concurso público demora um ano ou dois até a entrada efetiva. Então, no âmbito do alfandegamento e do Portal Único, estão tratando a questão de tal forma que possam maximizar os servidores.

O Sr. Otto ressaltou que poderão agendar uma reunião específica sobre a nova portaria, para entenderem se terá algo que as autoridades portuárias tenham que se adaptar ou não e se algo precisa ser feito.

O Sr. Jackson destacou que são diversos movimentos. Primeiro será a publicação da nova portaria de alfandegamento, pela Lei 12.350. A Receita Federal pode impor requisitos para o alfandegamento de tal forma que todos tenham disponível o sistema de conferência e posteriormente publicarão um ato disciplinando como se dará o sistema e logo após se unirão com ANVISA e Mapa para tentarem um ato conjunto, remoto, de tal forma que se aproveite a inspeção um do outro. Será uma série de movimentos para chegarem no método adequado. Traçarão a direção para um sentido único.

## **2.5 Projeto PSP 2.0**

O Sr. Otto informou que, nas últimas reuniões da Conaportos, apresentaram a evolução do projeto Janela Única Aquaviária, uma parceria da Secretaria Nacional Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA junto com a Receita Federal e Secretaria de Comércio Exterior – SECEX. Seu intuito é integrar o sistema Porto Sem Papel - PSP ao Portal Único de Comércio Exterior, paralelamente ao projeto da Janela Única Aquaviária, modernizando o PSP.

Contudo, informa que recentemente qualificaram o projeto Porto Sem Papel - PSP 2.0, no programa Startup.Gov.br, uma iniciativa do Ministério da Economia e Secretaria de Governo Digital-SGD, para acelerar os projetos de Transformação Digital do governo. Com esta iniciativa o Ministério da Economia alocou servidores temporários especializados em diferentes áreas para desenvolver diversas iniciativas ao longo dos próximos 18 meses, com expectativas em se concluir antes. Tais iniciativas foram distribuídas em três grandes eixos, sendo eles:

- O primeiro eixo será a integração de novas funcionalidades dos órgãos anuentes no PSP 2.0;
- O segundo eixo importante é a maior transparência de informações;
- O terceiro eixo é o de análise e melhorias futuras do processo de negócios, iniciativas mais estruturantes. Dentre eles está o mapeamento de processos AS-IS e TO-BE do Porto Sem Papel e, a partir desse mapeamento, será proposto um novo Roadmap de desenvolvimento no âmbito do PSP 2.0 (externalidade positiva).

O Sr. Otto apresentou um cronograma com todas as iniciativas que serão entregues ao longo dos próximos trimestres.

## **3. ENCERRAMENTO**

O Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura - MInfra, Sr. Marcelo Sampaio, concluiu ressaltando que estão trabalhando na construção de um setor de transportes mais moderno e tudo que está acontecendo é em razão da participação intensa de todos. Agradeceu pela disponibilidade de estar em mais uma reunião de tratativas dos assuntos no âmbito da Conaportos e lavrou-se a presente ata que, aprovada, será assinada preferencialmente por meio eletrônico pelos membros da Comissão.